

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.326.411 - PR (2018/0174402-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : UNI COMBUSTÍVEIS LTDA  
**ADVOGADO** : RICARDO SIQUEIRA DE CARVALHO E OUTRO(S) -  
PR050509  
**AGRAVADO** : DISCAPRY DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA  
**AGRAVADO** : LUIZ ANTONIO GULIN  
**AGRAVADO** : IVANICE DA GLORIA GULIN  
**ADVOGADO** : VICENTE DE PAULA SANTIAGO - PR022931

**EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL (CPC/2015). AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. CONTROVÉRSIA DIRIMIDA À LUZ DO CONTRATO E DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. REEXAME. SÚMULAS NS. 5 E 7/STJ. ORIENTAÇÃO PRETORIANA SEDIMENTADA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DIVERGÊNCIA INTERNA. SÚMULA 13/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.*

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por UNI COMBUSTÍVEIS LTDA contra inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná assim ementado (e-STJ Fl. 248):

*APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM COBRANÇA DE MULTA COMPENSATÓRIA - PRECLUSÃO QUANTO A DETERMINAÇÃO PELO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - RESPONSABILIDADE DOS FIADORES QUE SE LIMITA AO PERÍODO CONTRATUAL POR ELES GARANTIDO - INADIMPLEMENTO QUE CONFIGURA HIPÓTESE DE RESCISÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE CLÁUSULA PENAL QUE POR SUA PRÓPRIA NATUREZA DISPENSA DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO - PEDIDOS GENÉRICOS DE NULIDADE DE CLÁUSULA*

*DESPROVIDOS DE QUALQUER FUNDAMENTO - HONORÁRIOS SUCUMBÊNCIAIS REDUZIDOS EM RAZÃO DA BAIXA COMPLEXIDADE DA CAUSA E AUSÊNCIA DE INSTRUÇÃO - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.*

Opostos embargos de declaração, foram parcialmente acolhidos, sem efeitos modificativos, *verbis* (e-STJ Fl. 267):

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OMISSÕES - (A) QUANTO A CLÁUSULA DE PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA - ACÓRDÃO QUE SE DEBRUÇOS ESPECIFICAMENTE QUANTO A ESTE PONTO - (B) CONDIÇÃO DE SÓCIO ADMINISTRADOR DO FIADOR - ASPECTO FÁTICO QUE NÃO ALTERA A INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA DO ART. 819 DO CÓDIGO CIVIL TAMPOUCO PERMITE MITIGAR A DISTINÇÃO ENTRE PESSOA JURÍDICA E SEUS SÓCIOS - (C) AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO EXONERATÓRIA DA FIANÇA - FIANÇA ENTABULADA A TERMO - IMPLEMENTO DESTE QUE A EXTINGUE INDEPENDENTEMENTE DE NOTIFICAÇÃO - EMBARGOS PARCIALMENTE ACOLHIDOS, SEM EFEITO MODIFICATIVO.*

Nas razões de seu recurso especial, sustenta a parte agravante a vulneração aos arts. 422 e 835 do CC, bem como dissídio jurisprudencial. Alega ofensa ao princípio da boa-fé objetiva na conclusão do contrato. Insurge-se contra a exoneração da obrigação dos fiadores na hipótese, asseverando a sua responsabilidade solidária pelo pagamento de multa contratual, mesmo após a renovação do pacto entabulado.

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório. Passo a decidir.

A irresignação não merece prosperar, remanescendo sem reparos a decisão de inadmissão.

Com efeito, o Tribunal de origem, ao se manifestar a respeito da responsabilidade dos fiadores na hipótese, assim se manifestou (e-STJ Fls. 251/252 e 270):

*O Superior Tribunal de Justiça já assentou posicionamento de que a fiança se interpreta restritivamente, respondendo os*

***fiadores apenas pelo contrato que efetivamente garantiram, não podendo ser estendido pela prorrogação automática do pacto, exceto se os fiadores expressamente anuíram também com a prorrogação automática da fiança. Neste sentido:***

*(...)*

***No contrato em tela, salutar apontar que a cláusula de fiança não possui qualquer menção a prorrogação do contrato ou subsistência da garantia em caso de sua prorrogação ou renovação, pelo que não se pode imputar aos fiadores quaisquer deveres referentes a período além daquele por eles garantido.***

***Assim, é de se prover o recurso neste ponto, limitando a responsabilidade dos fiadores aos valores devidos até 06/06/2013 (contrato firmado em 06/06/2013 com prazo de 5 (cinco) anos cláusula quinta, mov. 1.7).***

*(...)*

***Por derradeiro, sustenta a embargante que o acórdão não se debruçou sobre a ausência de notificação extintiva da fiança pelos fiadores.***

***Porém, tal argumento resta prejudicado pelo ponto central do acórdão, notadamente de que a responsabilidade dos fiadores se limita à temporalidade do contrato por eles firmado. Assim, uma vez esgotado o prazo contratual, a fiança está extinta, posto atingido seu termo, sendo absolutamente desnecessária notificação para extinguir a garantia após o incremento do prazo pela qual fora fixada. (...) (g.n.)***

Veja-se que, quanto à apontada violação aos arts. 422 e 835 do CC, o recurso especial não pode ser conhecido pois, sobre a matéria de que tratam essas normas, não houve emissão de juízo pelo acórdão recorrido, mesmo com a oposição dos embargos de declaração, fazendo incidir a orientação disposta na Súmula 211/STJ. Saliente-se que a agravante sequer suscitou, nas razões de seu recurso, negativa de prestação jurisdicional, de sorte que a análise de eventual omissão quanto aos dispositivos apontados resta inviabilizada nesta Corte.

De toda sorte, ainda que assim não fosse, o agravante não atacou devidamente todos os argumentos que embasam o acórdão recorrido, mormente o entendimento desta Corte no sentido de que "a fiança se interpreta restritivamente, respondendo os fiadores apenas pelo contrato que efetivamente garantiram, não

podendo ser estendido pela prorrogação automática do pacto, exceto se os fiadores expressamente anuíram também com a prorrogação automática da fiança" (e-STJ Fls. 251). Logo, a teor da Súmula 283/STF, aplicável por analogia, "*é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles*".

Ademais, elidir as conclusões do aresto impugnado quanto à inexistência de cláusula referente à prorrogação da fiança demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório e contratual dos autos, providência vedada nesta sede especial a teor das Súmulas 5 e 7/STJ.

O entendimento da origem, nesse passo, encontra-se inclusive em harmonia com a jurisprudência desta Corte, senão vejamos:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NOVAÇÃO SEM ANUÊNCIA EXPRESSA DOS FIADORES. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO EM RELAÇÃO A ELES.**

**CONFORMIDADE DO ACÓRDÃO RECORRIDO AO ENTENDIMENTO DO STJ. AGRAVO DESPROVIDO.**

**1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que é válida a cláusula que estabelece a prorrogação automática da fiança com a renovação do contrato principal. A contrario sensu, o fiador que não anuiu com o instrumento de novação da dívida fica desobrigado da fiança, por expressa previsão legal (CC/2002, art. 838, I). Precedentes.**

**2. No caso, ao examinar os instrumentos contratuais constantes dos autos, o eg. Tribunal de origem concluiu que a situação concreta implicou novações, sem consentimento dos fiadores.**

**3. A alteração do entendimento, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório dos autos, em especial do instrumento particular de confissão e novação de dívida, providência vedada em recurso especial, conforme os óbices previstos nas Súmulas 5 e 7/STJ.**

**4. Agravo interno a que se nega provimento.**

**(AgInt no AREsp 1415452/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 01/07/2019) - g.n.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ato contínuo, verifico que o recurso especial não pode ser conhecido quanto à interposição pela alínea *c* do permissivo constitucional.

A par dos óbices suscitados, quanto à alegada divergência jurisprudencial com os acórdãos paradigmas do TJ/PR, não pode ser conhecido o recurso especial, incidindo o teor da Súmula 13/STJ, segundo a qual “*a divergência entre julgados do mesmo Tribunal não enseja recurso especial*”.

Destarte, inviável a pretensão do recorrente.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

**Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
Relator